

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
(Processo Administrativo nº 2024/05/8718)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Gás (GLP), Vasilhames e Equipamentos Complementares**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ID	DESCRIÇÃO	UND	QTD	CATMAT	VL UN	VL TOTAL	QTDADE LC 123	VALOR LC 123
1	Gás liquefeito de petróleo (GLP) P13 - Recarga de botija de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão P13. Suas condições deverão estar de acordo com a portaria nº 47, de 24/03/99 da ANP e nbr-14024 da ABNT.	UNID	800	461652	R\$ 130,50	R\$ 104.400,00	Ampla CC	R\$ 78.300,00
							600	
2							ME e EPP	R\$ 26.100,00
							200	
3	Gás liquefeito de petróleo (GLP) P45 - Recarga de botija de gás de cozinha, composição básica propano e butano, altamente tóxico e inflamável, tipo a granel residencial, acondicionado em botijão p45. Suas condições deverão estar de acordo com a portaria nº 47, de 24/03/99 da ANP e nbr-14024 da ABNT	UNID	1200	461651	R\$ 434,90	R\$ 521.880,00	Ampla CC	R\$ 442.293,30
							1.017	
4							ME e EPP	R\$ 79.586,70
							183	
5	Botijão de gás liquefeito de petróleo 13KG (Vasilhame) GLP - Botijão de gás liquefeito de petróleo GLP: material chapa aço, tipo gás propano-butano, capacidade 13kg, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT 8.460. Características adicionais: Cheio.	UNID	100	461517	R\$ 149,83	R\$ 14.983,00	Exclusivo ME e EPP	



6	Cilindro 45kg (Vasilhame) GLP - Botijão de gás liquefeito de petróleo- GLP: material chapa aço, tipo gás propano-butano, capacidade 45kg, aplicação fogão residencial, normas técnicas ABNT 8.460. Características adicionais: cheio	UNID	100	461515	R\$ 454,75	R\$ 45.475,00	Exclusivo ME e EPP
7	Mangueira de Gás Normatizada - Aplicação: Indicada para instalações domésticas de gás liquefeito de petróleo – GLP conforme norma NBR 8613/00. Pressão: 2,8 Kpa = 0,1450 lbs (Kpa = kilo Pascal). Fabricação autorizada pelo INMETRO. Produzida em PVC transparente ultra-flexível para garantir maior flexibilidade e durabilidade. Linha orientativa por toda a mangueira. Reforçada com fio de poliéster trançado. Produzida em três camadas: Duas camadas de PVC flexível Cristal e uma camada entre ambas de fio poliéster. Mangueira de alta performance com alta flexibilidade. Garantia desenvolvida segundo padrões técnicos de segurança, com comprimento também padronizado de 1,25 metros. Bitola 3/8". Espessura 4mm	Metro	5000	604366	R\$ 8,50	R\$ 42.500,00	Exclusivo ME e EPP
8	Registro Regulador de Gás de Cozinha 1Kg/hora GLP – Registro apresentando certificação do INMETRO. Composto por borboleta de fixação em zamac e latão, diafragma/obturador em borracha nitrílica, corpo, tampa e registro em zamac e/ou alumínio, componentes Internos em zamac e aço.	Unid	100	466177	R\$ 60,40	R\$ 6.040,00	Exclusivo ME e EPP



9	Registro Regulador de Gás de Cozinha 2Kg/hora GLP – Registro apresentando certificação do INMETRO. Composto por borboleta de fixação em zamac e latão, diafragma/obturador em borracha nitrílica, corpo, tampa e registro em zamac e/ou alumínio, componentes Internos em zamac e aço.	Unid	100	304158	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00	Exclusivo ME e EPP	
10	Registro Regulador de Gás de Cozinha 3Kg/hora GLP – Registro apresentando certificação do INMETRO. Composto por borboleta de fixação em zamac e latão, diafragma/obturador em borracha nitrílica, corpo, tampa e registro em zamac e/ou alumínio, componentes Internos em zamac e aço.	Unid	100	304158	R\$ 49,95	R\$ 4.995,00	Exclusivo ME e EPP	
11	Tubo Flexível Multicamadas PEX – Tubo flexível em alumínio, apresentando conexões metálicas, bitola 16mmx2mm	Unid	5000	480114	R\$ 30,50	R\$ 152.500,00	Ampla CC	R\$ 114.375,00
12							3.750	
							ME e EPP	R\$ 38.125,00
							1.250	
13	Cotovelo Fêmea 16mm x 1/2 para Tubo PEX	Unid	100	460773	R\$ 8,44	R\$ 844,00	Exclusivo ME e EPP	
14	Conector 16x1/2(Fêmea) para Tubo PEX de 16mm	Unid	100	614044	R\$ 5,90	R\$ 590,00	Exclusivo ME e EPP	

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, por atenderem ao menos um dos critérios estabelecidos no art. 2º, III, do Decreto Municipal 2.412/2022, **in verbis**:

III - bem de consumo - todo material que atenda a, no mínimo, um dos seguintes critérios:

a) durabilidade - em uso normal, perde ou reduz as suas condições de uso, no prazo de dois anos;

b) fragilidade - facilmente quebradiço ou deformável, de modo irrecuperável ou com perda de sua identidade;

c) perecibilidade - sujeito a modificações químicas ou físicas que levam à deterioração ou à perda de suas condições de uso com o decorrer do tempo;

d) incorporabilidade - destinado à incorporação em outro bem, ainda que suas características originais sejam alteradas, de modo que sua retirada acarrete prejuízo à essência do bem principal; ou



e) transformabilidade - adquirido para fins de utilização como matéria-prima ou matéria intermediária para a geração de outro bem.

1.3. Do detalhamento dos bens relacionados, de acordo com a definição de cada um deles, em conformidade com o enquadramento estabelecido pelo Decreto Municipal nº 2.412/2022:

ID	Especificação Resumida	Alínea do Inciso III	Justificativa
1	Gás liquefeito de petróleo (GLP) P13	“C” e “E”	Perecibilidade: O gás não tem uma validade curta, mas está sujeito a perda de suas condições de uso se houver vazamento ou má conservação do recipiente. Transformabilidade: Embora não se transforme em outro bem, é um insumo essencial utilizado para gerar energia.
2			
3	Gás liquefeito de petróleo (GLP) P45		
4			
5	Botijão de gás liquefeito de petróleo 13KG (Vasilhame) GLP	“D”	Incorporabilidade: Recipiente indispensável para o armazenamento do gás e sua retirada acarreta prejuízo direto a essência do bem principal.
6	Cilindro 45kg (Vasilhame) GLP -		
07	Mangueira de Gás Normatizada	“B”, “C” e “D”	Fragilidade: Apesar de não ser extremamente frágil, pode sofrer danos com o uso incorreto, cortes ou exposição prolongada a fatores externos, levando à perda irreparável de suas características de segurança. Perecibilidade: Não é perecível no sentido clássico (como alimentos), mas, com o tempo e o uso contínuo, pode deteriorar-se e perder suas condições de uso seguras, especialmente se exposta a altas temperaturas ou produtos químicos. Incorporabilidade: É instalada como parte integrante de um sistema de gás, e sua remoção comprometeria o funcionamento ou a segurança do sistema.
8	Registro Regulador de Gás de Cozinha 1Kg/hora GLP –	“D”	Incorporabilidade: Faz parte de uma instalação do sistema de gás e sua retirada comprometeria o funcionamento do sistema.
9	Registro Regulador de Gás de Cozinha 2Kg/hora GLP –		
10	Registro Regulador de Gás de Cozinha 3Kg/hora GLP –		
11	Tubo Flexível Multicamadas PEX	“D”	Incorporabilidade: É parte integrante das instalações de gás. Sua remoção comprometeria o sistema como um todo
12			



13	Cotovelo Fêmea 16mm x 1/2 para Tubo PEX	“B” e “D”	<p>Fragilidade: Pode ser considerado um item relativamente frágil, especialmente quando submetido a impactos ou alta pressão.</p> <p>Incorporabilidade: Essencial em sistemas de tubulação, sua remoção comprometeria a funcionalidade do sistema de gás.</p>
14	Conector 16x1/2(Fêmea) para Tubo PEX de 16mm	“B” e “D”	<p>Fragilidade: Pode sofrer deformações ou falhas se submetido a pressões ou manipulações inadequadas.</p> <p>Incorporabilidade: Destina-se a integrar sistemas, sendo uma peça fundamental que não pode ser removida sem comprometer o sistema de gás.</p>

- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal 2.412/2022.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme **Identificador de Contratação Futura nº 985873-4/2025**.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, considerando o ciclo de vida do objeto e especificação dos produtos, perpassa pela adoção de soluções anteriormente utilizadas pela Administração Pública Municipal, bem como critérios de melhores práticas para as compras públicas.
- 3.2. A contratação visa atender a aproximadamente 6000 (seis mil) estudantes da rede pública municipal de ensino, garantindo a ofertando de alimentação saudável e em quantidade suficiente, com o objetivo de cumprir com as disposições do art 3º da Resolução nº 06/2020 FNDE, acerca do dever do Estado quanto à promoção de alimentação escolar para os alunos da Educação Básica Pública.

Segmentos Escolares

- 3.3. Os seguimentos escolares de ensino são:
 - 3.3.1. Creche de 06 meses a 2 anos e 11 meses;
 - 3.3.2. Educação Infantil;
 - 3.3.3. Fundamental 1;
 - 3.3.4. Fundamental 2;

3.3.5. EJA.

Refeições Ofertadas

3.4. As refeições ofertadas na rede, de acordo com cada período de estudo são compostas por:

- 3.4.1. Desjejum;
- 3.4.2. Colação;
- 3.4.3. Almoço;
- 3.4.4. Sobremesa;
- 3.4.5. Lanche;
- 3.4.6. Jantar;
- 3.4.7. Sobremesa.

Do Ciclo de Vida do Objeto:

3.5. A análise do ciclo de vida do objeto, conhecido como GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), evidencia sua relevância como recurso energético amplamente utilizado em residências, comércios e indústrias. Desde sua extração até o consumo final, o GLP percorre um processo estruturado que abrange o refino do petróleo bruto ou a separação de gases naturais, seguido pelo armazenamento em cilindros ou tanques, transporte até os pontos de distribuição e, finalmente, sua utilização pelos consumidores finais, que, muitas das vezes, elaboram sistemas para o transporte e armazenamento do gás.

3.6. Destaca-se que, ao término de sua aplicação, os recipientes utilizados (vasilhames, cilindros ou tanques) retornam ao ciclo operacional para reenchimento, promovendo práticas sustentáveis e alinhadas às normas vigentes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
 - 4.1.1. Promover o desenvolvimento econômico para as ME e EPPs, conforme LC 123/06, Art. 48;
 - 4.1.2. Inclusão Social.

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 01 (um) dia, contados do envio da ordem de entrega ou documento equivalente, em remessa única.
- 5.2. Horários de entrega: 07h30 às 16h00.
- 5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (um) dia de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

ID	LOCAIS DE ENTREGA	ENDEREÇO
1	C.M. Consuelo Rios Castilho de Souza	R. Antônio César de Oliveira, S/Nº- Bela Vista
2	C.M. Deolinda Pantolla de Carvalho	Av.Bento Gonçalves Pereira, 836 - Palhas
3	C.M. Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira	Est.Pref. Antônio da Cruz Barros,457- Eldorado
4	C.M. Prof. ^a M ^a de Assis Capella	Av. Bento Gonçalves Pereira, 480 - Palhas
5	C.M. Olga Benário Prestes	R. Eva Isaura Barbosa, 45 – Liberdade
6	C.M. Roque Rodrigues dos Santos	R. Hortência, 196- Werneck
7	C.M.Ver. Alexandre G. Ferreira Filho	Av. Irmãos Spino, 950- CerâmicaD'Ângelo
8	C.M. Walter Vizeu Barbosa	R. Pedro Paulo Lacerda, S/Nº- Liberdade
9	C.M. Wilson Barros Onofre	Av. Deocleciano Alves de Souza, 70 - V. Salutaris
10	E.M. Albino Antônio de Barros	R. Leonor de Souza Barros, 60- Limoeiro
11	E.M. Andrade Figueira	R. Dr. Alexandre Abrahão,87 – Centro
12	E.M. Arcanjo Antonino Lopes	Est.Vieira Cortez,780- Santa Josefa
13	E.M. Ciep Haroldo Machado de Barros	Av. Randolpho Penna, 840 - Jatobá
14	E.M. Condessa do Rio Novo	Av. Provedor Randolpho Penna Jr, S/Nº - Centro
15	E.M. Francisco Pereira Paredes	Sertão do Calixto, 6077- Sertão do Calixto
16	E.M. Horácio de Mello	Estrada RJ 131, 180 - Cavarú
17	E.M. Irmã Montedônio	Av. Venezuela, 346- Parque Morone
18	E.M. Jornalista Sergio Cabral	Av. Deocleciano Alves de Souza, 70 - V. Salutaris
19	E.M. Nicolau Visconti	Estrada do Inema, 2731- Inema
20	E.M. Norberto Leal	Estrada Sardoal, 3390- Sardoal
21	E.M. Paulo Lacerda	Av. Pedro Paulo Lacerda,602 - Liberdade
22	E. M. Pref. Rocha Werneck	Estrada 393 KM 103 – Vieira Cortez
23	E. M. Prof. Manuel G. d'Ascensão	R. Benjamin Constant, 139 - Centro
24	E.M. Prof. Marly Madeira Soares	R. José Rodrigues da Silva, 96- Werneck
25	E.M. Prof. Sarah Faria Braz	R. Domingos de Aguiar, 200 - Barão de Angra
26	E.M. Prof. Melchor Del Blanco	R. Pref.José Gonçalves P. Resende, 1109- Eldorado
27	E.M. Vereador Ademir José da Silva	Est. Joaquim José da Silva Xavier 1077- Marrecas
28	E.M. Antônio Ignácio Coelho	R. Prof. Miguel Pereira, S/Nº - Inconfidência
29	CAEEM – Centro de Atendimento Educacional	Av. Deocleciano Alves de Souza, S/Nº - Santo Antônio

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));
- 6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).
- 6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07(sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 07 (sete) dias úteis.
- 7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
 - 7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 7.10.1. o prazo de validade;
 - 7.10.2. a data da emissão;

- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.10.5. o valor a pagar; e
 - 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

- 7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.
- 7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme [o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).
- 7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)
- 7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, com uso do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Forma de fornecimento

- 8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 8.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

- 8.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 899.207,00 (oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e sete reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela acima.
- 9.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
- 9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na [alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

- 9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Paraíba do Sul.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Gestora	Fonte de Recurso	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa
08	500 - Recursos não vinculados de Impostos	09.01.12.361.0020.2.021	3.3.90.30
	550 - Transferência do Salário-Educação		
	573 – Royalties vinc. Educação		
	500 - Recursos não vinculados de Impostos	09.01.12.365.0021.2.020	3.3.90.30
	550 - Transferência do Salário-Educação		
	573 – Royalties vinc. Educação		

- 10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Paraíba do Sul, 03 de dezembro de 2024.

MARIÂNGELA BRICK SANTOS
Secretária Municipal de Educação e Ciência